

CORREIO POLÍTICO

Lucio Bernardo Jr/Agência Brasília



O buriti foi salvo. Anda doente o palácio

DF: à sombra do Buriti doente

Há algum tempo, os técnicos de botânica da equipe de jardinagem do Distrito Federal precisaram salvar o buriti que dá nome à sede do governo. O buriti foi salvo. Doente, agora, está o palácio em frente a ele. A crise do Banco Master afastou completamente o governador Ibaneis Rocha (MDB) e a vice-governadora Celina Leão (PP). Diante do recente rompimento do PL da base do Governo do Distrito Federal, não será surpresa se a vice-governadora sair candidata ao governo sem abrigar na sua chapa o governador como candidato ao Senado, como era o projeto desde o primeiro dia de mandato. Neste momento, o Buriti – o palácio, não a árvore curada – aguarda saber o que a essa altura fará Ibaneis.

Ibaneis correrá o risco sem foro?

Deixará o governo para uma candidatura a senador que começa a parecer perdida? Ou Ibaneis ficará no governo? Nesse caso, correndo o risco, de ficar sem foro privilegiado quando a cada dia surgem mais informações cabeludas sobre o Banco Master, enfrentando a situação? Ou sairá a deputado numa eleição a essa altura aparentemente mais fácil? Terá humildade para aceitar um cargo que parece mais baixo?

Renato Alves/Agência Brasil



Ibaneis e Celina: foram-se os tempos de abraços

Celina tenta se descolar

O agravamento da crise tem feito Celina tentar descolar sua imagem da de Ibaneis. Deu sinais nesse sentido na crise paralela agora com relação ao plano de saúde dos servidores do GDF. Mas como Celina irá conseguir se descolar de um governo que assumiu diversas vezes? Ibaneis foi, digamos, um “governador turista”. Viajou diversas vezes, de férias ou para outros eventos, deixando Celina por várias vezes no governo. Sem contar os 66 dias em que ela foi governadora com Ibaneis afastado do governo em razão do 8 de janeiro.

O banco do Flamengo

Celina poderá mesmo dizer que não tem responsabilidade quanto às eventuais mazelas da administração de Ibaneis? Pelo menos com relação ao BRB e ao Master, a avaliação é que, nesse ponto, ela conseguiria. No caso, a avaliação é que a relação com o Master foi totalmente voluntarista. Ibaneis tornou o banco o patrocinador do Flamengo, seu time de coração.

POR
RUDOLFO LAGO

Temor

E era ele o rosto do banco nesse caso. E se Celina tenta se descolar do BRB, Ibaneis, da mesma forma, tenta se descolar das decisões relativas ao Banco Master, jogando tudo para o ex-presidente do banco Paulo Henrique Costa. Mas há com relação a Costa temor parecido com o que há com relação a Daniel Vorcaro.

Prisão

Há quem tema que, com a continuidade da prisão, o dono do Master faça um acordo de delação premiada. Numa linha parecida, há agora quem tema que Paulo Henrique Costa acabe preso. Costa manterá a linha de estabelecer que toda a negociação sobre o Master foi responsabilidade sua?

Exonerações

O grau de distanciamento entre Ibaneis e Celina pôde ser medido na semana passada depois que a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou o pacote de medidas para salvar o BRB. Ibaneis exonerou do GDF todos os indicados por deputados distritais que não votaram a favor do pacote.

Reversão

Então, segundo informações dos deputados, Celina telefonou dizendo que reverteria as exonerações assim que estivesse no governo. Nos bastidores, era o sinal claro de que o governador e a vice já não caminham no mesmo sentido quando aos seus planos políticos e eleitorais. Resta saber como poderão seguir por trilhas diferentes.

Sem Ibaneis

Pela legislação, se Ibaneis permanecer no governo, ela pode disputar o cargo de governadora sem se desincompatibilizar da vice. Ela só não poderia em momento algum assumir o governo. Mas cada vez mais se desenha a ideia de que a chapa de Celina terá Michelle Bolsonaro e Bia Kicis, ambas do PL, para o Senado.

Outra chapa

O que poderia produzir a novidade completamente inusitada de o MDB produzir uma outra chapa contra a chapa de Celina. Um impressionante governo contra governo. Mas o PL também já andou testando Bia Kicis para o governo ante a possibilidade de não haver composição com Celina.



Destaque de Gilmar levou Lulinha para o plenário físico

Mudanças no IR e escala 6X1 em debate

Suspensão de quebra de sigilo de Lulinha discutida no STF

Por Gabriela Gallo

Imposto de Renda

Já no poder Executivo, nesta segunda-feira o governo federal lança oficialmente as novas regras do Imposto de Renda (IR) para este ano. A partir das 10h representantes da Receita Federal realizarão uma coletiva de imprensa, no auditório do Ministério da Fazenda, para anunciar as novas regras do Imposto de Renda 2026, que tem como ano-base 2025.

Apesar de a Receita Federal ainda não ter divulgado oficialmente o calendário da declaração do Imposto de Renda desse ano, a expectativa é que o calendário também comece nesta segunda.

Vale destacar que, apesar de o governo já ter implementado a isenção do IR para aqueles que ganham menos de R\$ 5 mil por mês, a medida não impactará a declaração a ser entregue em 2026, já que a referência é 2025. Portanto, as novas regras passam a valer apenas para os rendimentos recebidos a partir de 2026, na prática, somente valendo na declaração do IR em 2027.

Escala 6x1

No Congresso Nacional seguem as discussões acerca da possibilidade do fim da escala 6X1, do qual o empregado trabalhar seis dias da semana e folgar somente um dia.

Nesta semana segue a expectativa de que o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin anuncie a data em que o plenário da Suprema Corte julgará a decisão do ministro Flávio Dino de suspender as quebras dos sigilos bancários e fiscais de Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conhecido como “Lulinha”, e da empresária Roberta Lushinger.

Inicialmente a decisão do magistrado seria avaliada pelos demais ministros do STF em plenário virtual, que chegou a ser implementado nesta sexta-feira (13), mas o decano do STF, ministro Gilmar Mendes, pediu destaque da medida, que é um recurso que interrompe o julgamento virtual e leva o caso para julgamento presencial.

As quebras de sigilo foram determinadas e aprovadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios ilegais do pagamento de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) após suspeitas de envolvimento de Lulinha e Lushinger nos desvios.

Dino suspendeu a quebra de sigilo porque considerou inconstitucional a maneira que a comissão aprovou as quebras de sigilo, que foram aprovados em uma votação “em globo” que aprovou 87 requerimentos de uma vez, incluindo as quebras de sigilo.